

**INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E RELAÇÃO ESCOLA E
TRABALHO NOS ANAIS DO CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO:
REVISÃO BIBLIOGRÁFICA (2022-2023)**

Jacqueline de Oliveira Veiga Iglesias¹
Maria José do Nascimento²
Carlos Eduardo Candido Pereira³
Edna Maria de Jesus⁴
Yara Fonseca de Oliveira Silva⁵
Sonilda Aparecida de Fátima Santos⁶

RESUMO

O tema desse estudo é a discussão acadêmica do processo inclusivo da Pessoa com Deficiência (PCD) na escola e no mundo trabalho. Objetiva-se mapear os estudos produzidos nos eventos científicos que tratam sobre o processo inclusivo da PCD. Questiona-se e sua relação entre escola e mundo do trabalho. Portanto, questiona-se sobre a discussão produzida nos eventos científicos do campo educacional da pessoa com deficiência e o que contém nessa discussão em relação a escola e mundo do trabalho? A inclusão mesmo sendo um direito do PCD, ainda se tem preconceito e falta de instituições que viabilizam de forma concreta a viabilidade nesses ambientes. A metodologia teve como base a pesquisa exploratória e uma revisão de literatura das produções acadêmicas sobre o processo inclusivo da PCD e sua relação entre escola e mundo do trabalho, por meio eletrônico do anais do Congresso Nacional de Educação (CONEDU), nos anos de 2022 e 2023. O evento acadêmico pesquisado trata sobre as questões da área educacional e sua produção trata das questões relacionadas à escola e de forma rara sobre mundo do trabalho. O mapeamento nos eventos em períodos diferentes e atualizado mostraram que os estudos em ambos preponderam a discussão da área educacional e a relação com o mundo do trabalho ainda se frágil e praticamente invisível.

¹ Professora do curso de licenciatura em Pedagogia do Centro Universitário Nossa Senhora Aparecida - UNIFanap. Psicopedagoga Clínica. Membro do Grupo de Pesquisa Políticas Educacionais e Formação de Professores da UEG/GO, E-mail: jackiglesias@gmail.com;

² Professora aposentada da Rede Estadual de Goiás e Municipal de Goiânia. Professora do Curso de licenciatura em Pedagogia pelo Instituto Federal de Goiás, Câpus Goiânia Oeste. Membro do Grupo de Pesquisa Políticas Educacionais e Formação de Professores da UEG/GO, E-mail: nmariaj@gmail.com;

³ Professor-Tutor e Coordenador do Curso de Pedagogia EAD da Unifanor Wyden. Coordenador de Tutores UAB-UFSCar. Membro do Grupo de Pesquisa Políticas Educacionais e Formação de Professores da UEG/GO, E-mail: candidounesp@gmail.com;

⁴ Coordenadora Pedagógica do Instituto Aphoniano de Ensino Superior – IAESup. Professora dos cursos de Pedagogia do Instituto Aphoniano de Ensino Superior – IAESup e do Centro Universitário Alves Faria – Unialfa. Professora da Associação Pestalozzi Pró-Labor - Seduc/GO. Membro do Grupo de Pesquisa Políticas Educacionais e Formação de Professores da UEG/GO, E-mail: ednamariajesus20@gmail.com;

⁵ Professora titular da Universidade Estadual de Goiás no Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias (PPG-IELT). Líder do Grupo de Pesquisa Políticas Educacionais e Formação de Professores da UEG/GO, E-mail: yara.silva@ueg.br;

⁶ Professora aposentada da Rede Estadual de Goiás. Professora do Curso de Psicologia da Faculdade Dinâmica (FACDIN). Membro do Grupo de Pesquisa Observatório da Educação Profissional de Goiás. E-mail: sonilda1000@gmail.com

Palavras-chave: Artigo completo, Normas científicas, Congresso, Realize, Boa sorte.

INTRODUÇÃO

Esse estudo visa apresentar a revisão de literatura do processo inclusivo para a pessoa com deficiência e a relação entre escola e mundo do trabalho, considerando-se que esse trabalho faz parte de uma pesquisa maior, do qual vem sendo realizada pelo Grupo de Pesquisa Políticas Educacionais e Formação de Professores da Universidade Estadual de Goiás (UEG/GO). Consideramos que revisar a história da pessoa com deficiência e destacar que a partir da Idade Contemporânea, a mesma pode ser ilustrada por meio de modelos de atendimento conhecidos como modelo médico e social. O primeiro compreendido enquanto a marca da deficiência (como uma doença) e o segundo como aquele que reconhece socialmente a pessoa e sua particularidade. (Pinto,2012).

A partir da segunda metade do século XX, surgiram políticas públicas para regulamentar, normatizar e estabelecer regras para a inclusão da pessoa com deficiência na sociedade. Em parte, tais conquistas só se efetivaram na forma de leis em vista da ocorrência de movimentos sociais (a exemplo da criação de instituições no Brasil como a APAE e a Associação Pestalozzi) e mudanças na política após o período de guerras e também navegância de ações terroristas.

Neste contexto, ao tratar a inclusão das pessoas com deficiência, é importante reconhecer que em vista da história e das barreiras atitudinais, comunicacionais, físicas, arquitetônicas (Sasaki, 2006) enfrentadas por este público no cotidiano as especificidades de tal público não foge do debate social e das pautas políticas públicas, mesmo na relação educação e mundo do trabalho.

Esse estudo parte da seguinte problemática: qual tem sido as produções acadêmicas que buscam dialogar a inclusão da pessoa com deficiência na relação escola e mundo do trabalho? O objetivo geral é o de fazer mapeamento dos estudos produzidos nacionalmente, sendo que, de modo específico, identificar as produções em um dos maiores congresso do campo educacional brasileiro. Para isso, realizou-se um levantamento bibliográfico em que se procurou conhecer o lugar e as publicações sobre o tema pesquisado, partindo dos anais do ano de 2022 e 2023. As análises e os resultados buscaram refletir aspectos inerentes da formação humana, formação escolar

e didática com vistas a possibilitar ampliação do debate à comunidade acadêmica com viés de processo formativo de modo inicial e continuada.

METODOLOGIA

Como recurso metodológico realizou-se uma revisão de literatura que para Flick (2009) possibilita auxiliar a encontrar respostas a questões sobre um ponto em particular ou sobre um campo de modo geral e identificar as teorias utilizadas e discutidas na área, os conceitos utilizados ou contestados, as discussões e controvérsias teóricas ou metodológicas do campo, além de pontos que ainda se encontram em aberto ou que ainda não foram estudados.

Portanto, a busca de revisão de literatura se deu em meio eletrônico por publicações em bancos de dados nacionais reconhecidos e relacionados ao tema da pesquisa sendo, por fonte direta: os anais do Congresso Nacional de Educação nos anais dos anos de 2022 e 2023, ressaltando que o evento de 2022 ocorreu na modalidade online.

Em todas as fontes de pesquisa foram utilizadas como palavra chave os termos: “inclusão”; “mercado de trabalho” e “pessoa com deficiência” que possibilitou identificar, selecionar e analisar as produções que tratavam o tema, sendo foco desta pesquisa as produções pautadas na relação inclusão, pessoas com deficiência, escola e mundo do trabalho. Os documentos foram lidos na íntegra e após sistematizados de acordo com os temas relacionados à pesquisa. Dado o exposto, com base na seleção e mapeamento dos trabalhos foram construídas categorias de análise que possibilitam dar informações gerais sobre os temas referidos.

De maneira geral, os estudos foram desenvolvidos principalmente pelas instituições públicas de ensino superior em seus programas de iniciação científica e pós-graduação, portanto, a seguir, esse texto apresenta um breve panorama das pesquisas realizadas, mostrando como tem se dado os estudos neste contexto na região centro-oeste.

REFERENCIAL TEÓRICO

No que tange ao conceito de inclusão, de acordo com Rodrigues (2006) a sua essência tem relação com o pertencer. Assim, em termos de bases legais que regulamentam a inclusão da pessoa com deficiência é possível mencionar como marco

a Resolução 3447 aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas em 09/12/75 que trata vários temas,mas em especial, reconhecimento dos direitos. Algumas décadas depois, com destaque nos anos 1990 houve um *boom* de debates em nível internacional a respeito deste público.

Em âmbito educacional, o ponto de abertura para que isso acontecesse foi a Conferência Mundial de Educação para Todos realizada em Jomtien, Tailândia (1990), no qual países assinaram um acordo de acolher com mais cuidado algumas especificidades nos espaços escolares, dentre eles, alunos com deficiências. Ainda nesta década, em 1994 na Espanha, com evento chancelado pela UNESCO, considerado um marco paradesevolvimento de ações para a Educação Especial e Inclusiva em vários países do mundo, Declaração de Caracas; 2002: Declaração de Sapporo e 2006: Convenção sobre o direito das Pessoas com Deficiência.

No Brasil, de modo especial, os principais eventos que podem ser destacados como base legal ao direito da pessoa com deficiência são: 1996: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN; 1998: Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNS; 1999: Decreto Federal n. 3.298/1999 (equiparação de oportunidades); 2000: Leis federais de acessibilidade 10.048 e 10.098; 2001: Plano Nacional de Educação (2014 a 2024); 2001: Resolução CNE/CEB 2/2002: Diretrizes Nacionais Para a Educação Especial na Educação Básica; 2002: Lei Federal n. 10.432 (LIBRAS como 2º língua); 2004: Decreto 5.626 -obrigatoriedade das LIBRAS em cursos de formação docente; 2005: Programa Educação Inclusiva Direito à Diversidade; 2008: Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva; 2008: Criação do Atendimento Educacional Especializado (alterado em 2011); 2009: Decreto Federal 6.949 – Convenção Internacional Sobre o Direito dasPessoas com Deficiência; 2015: Lei Brasileira de Inclusão – Lei 13.146 (artigo 27º trata a Educação).e 2015: Declaração de Incheon: universalização do acesso à educação básica, qualidade.

É importante destacar que a escola inclusiva tem características únicas e fundamentais cujas bases não se limitam aos muros da escola. A inclusão não é apenas um movimento educacional, para que ela exista é necessário mobilização de toda a sociedade, é somente através da inclusão social que se pode construir uma sociedade mais justa e consciente.

No que se refere ao trabalho, de acordo com Costa (1996), ele surge como elemento fundante em razão da necessidade humana de transformar a natureza e produzir os bens materiais e simbólicos necessários à vida e a sua reprodução biológica

e sociocultural. Nessa perspectiva, o homem como ser histórico é resultado do processo de trabalho e da forma como se relaciona com a natureza, como a transforma, como a produz e a maneira como o faz, compreendendo o trabalho como elemento humanizador.

Dado isso, a respeito da inclusão da pessoa com deficiência no mundo do trabalho, ressalta que o processo histórico é diferente em comparação ao processo escolar. O fato é que, em alguns casos, a pessoa com deficiência, nem sempre teve limitação durante toda a vida, pois pode ter adquirido esta condição, quando adulto, em acidente de trabalho por exemplo. Por isso, a história a esse público no mercado de trabalho ganha destaque no ano de 1981 com o Ano Internacional da Pessoa com Deficiência, proposto pela Organização das Nações Unidas (ONU) que buscou intensificar a igualdade de oportunidades e a prevenção de deficiências.

Dado o exposto, no caso do Brasil, em 1991 é promulgado o Decreto Federal n. 129 (BRASIL, 1991) para atender a Convenção n.159 da Organização Internacional do Trabalho, sobre reabilitação profissional e emprego de pessoas com deficiência, porém, o maior destaque é a Lei de Cotas – Lei Federal 8.213 (BRASIL, 1991) que obriga as empresas a contratarem pessoas com deficiências a partir de quantidade específica de funcionários. Isso exige a contratação de certa porcentagem de colaboradores com deficiência com base na quantidade de trabalhadores totais numa empresa. Com base nisso, o artigo 93º determina: de 100 a 200 empregados contratados há que se ter 2% de vagas destinadas às pessoas com deficiência; de 201 a 500 é necessário 3% de vagas; de 501 a 1000 é mandatório 4% de vagas e, por fim, mais de 1001 empregados requer 5% de vagas.

É importante salientar que no setor público a exigência para reserva de vagas em concursos públicos ocorre por meio do Decreto Federal n. 3.298 (BRASIL, 1998) com exigências um pouco diferentes da lei mencionada anteriormente vista a realização de avaliações específicas, todavia, também com a previsão da reserva de vagas.

De modo não a substituir, mas condensar em um único local as várias leis e decretos à pessoa com deficiência destaca-se a Lei Federal n. 13.146 (BRASIL, 2015) – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), conhecida como Estatuto da Pessoa com deficiência que no seu artigo 2º:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (Brasil, 2015)

A LDB entre os artigos 27 a 30 dá destaque à Educação apontando o direito, à inclusão e as adaptações necessárias para receber o estudante no espaço escolar. No que tange ao trabalho, os artigos 34 e 35 também expressam as questões acerca da inclusão, acesso e permanência. Todavia, esta lei não dá mais indicações sobre a relação escola e trabalho. Nestadireção, em trabalho desenvolvido por Candido Pereira (2010; 2016) na compreensão desta realidade na ótica da pessoa com deficiência, tal público valoriza a passagem inclusiva pela escola regular, mas, julgam que é no mundo do trabalho que existe possibilidade de mais bem relacionar o conhecimento com o desenvolvimento pessoal. Aliado a isso retrata que existe falta de preparo e qualificação dos profissionais de ensino, preconceito que perdura em ambos os espaços e classificação do que é normal ou anormal de acordo com os interesses e padrões estabelecidos pela sociedade dominante, dentre outros fatores exclusivos. Mesmo as pessoas com deficiência que possuem educação em nível superior e aquelas que atuam no serviço público relatam os mesmos aspectos. Como postula Sasaki (2006):

[...] É diante deste cenário que se observa que são escassas às pessoas com deficiência ou necessidade especial de aprendizagem que concluem o ensino superior ou mesmo as que conseguem ingressar no mercado de trabalho sem que, para isso, tenha que superar barreiras de todo o tipo, como as atitudinais, comunicacionais e arquitetônicas. (Sasaki, 2006, p 39.).

Em suma, a exposição deste cenário presente na relação escola e mundo do trabalho pode-se deduzir que, quando se examina a legislação, acredita-se que a reduzida participação de pessoas com deficiências no mercado de trabalho do Brasil decorre não da falta de leis e defiscalização, mas sim das carências de ações, estímulos e instituições que viabilizem, de forma concreta, a formação, habilitação, reabilitação e inserção de pessoas com deficiências no mercado de trabalho (Pastore, 2000, p.58).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quadro 2 - Trabalhos apresentados no CONEDU

Ano	Total	Analisados
2022	189	38
2023	438	131

No geral, os estudos analisados tratam de discorrer sobre o processo de inclusão da pessoa com deficiência, o texto apresenta um panorama das pesquisas desenvolvidas

e apresentadas no CONEDU nos anos de 2022 e 2023.

No que se refere ao VIII CONEDU- foram identificados na modalidade comunicação oral, 183 artigos. Os trabalhos apresentados compõem os grupos de trabalho Educação Especial (GT 10) e na Educação Profissional e Tecnológica (GT 20). Em razão das escolhas das palavras-chave, “deficiência, mercado de trabalho e inclusão”, foram encontrados 35 trabalhos no GT 10 e apenas 3 no GT 20, ressalta que as palavras-chave foram procuradas separadamente, contudo, alguns trabalhos foram comuns a mais de uma palavra-chave.

Dos artigos analisados no GT 10 (Educação Inclusiva), observar-se trabalhos voltados para o contexto da educação de surdos; inclusão de pessoas com múltiplas deficiências no âmbito escolar; inclusão de sujeitos com TEA, com deficiência visual, bem como relatos de experiências dessa inclusão desses sujeitos no contexto escolar.

Dos artigos analisados no GT 20 (Educação Profissional e Tecnológica), observar-se um trabalho de revisão bibliográfica quanto aos processos de inclusão de estudantes com deficiência nos institutos federais; outro trabalho aponta quanto ao processo de inclusão dos estudantes na rede pública de ensino; temos nesse GT 20 a apresentação de dois artigos que apresentam o quanto a modalidades de ensino profissional e tecnológica possibilita a inserção dos sujeitos no mercado de trabalho, bem como mão de obra qualificada, trazendo reflexões sobre o processo de inclusão social. O segundo estudo deste GT foi uma pesquisa qualitativa realizada em algumas empresas de duas cidades do extremo Sul da Bahia, na busca de compreender se o ensino profissional e tecnológico que está sendo oferecido na região tem atendido o mercado de trabalho.

No que se refere ao IX CONEDU- foram identificados na modalidade comunicação oral, 307 artigos. Os trabalhos apresentados compõem os grupos de trabalho Educação Especial (GT 10) e na Educação Profissional e Tecnológica (GT 20). Em razão das escolhas das palavras-chave, “deficiência, mercado de trabalho e inclusão”, foram encontrados 306 trabalhos no GT 10 e apenas 1 no GT 20.

Dos artigos analisados no GT 10 foram observados temas como: Educação Especial, Ensino e formação docente, deficiência e políticas de inclusão, pessoa com deficiência, legislação e normativas, aprendizagem, dentre outros. As temáticas com maior incidência de estudos foram os trabalhos voltados para a inclusão no âmbito da acessibilidade, práticas pedagógicas, legislação e no contexto da inclusão dos sujeitos

com TEA e surdez. No que tange ao Ensino e formação docente os estudos apontam que esta contribui para a atuação destes profissionais em todas as modalidades de educação.

Em relação ao tema mundo do de trabalho, observa-se que no GT 20 apresentou um trabalho do Instituto Federal da Bahia no município de Simões Filho, intitulado “Adaptações de recursos e metodologias para o ensino de alunos com TEA”, realizado nas disciplinas técnicas da Educação Profissional e Tecnológica (EPT)”. Consta que a experiência promoveu a capacitação de professores e estudantes em formação inicial e resultou na formulação de produto intitulado “Metodologias ativas aplicadas a estudantes”.

No G10, dois artigos relacionados à temática que descrevem o estudo dos Institutos Federais que objetiva assegurar a acessibilidade instrumental nos laboratórios de química dos Institutos Federais para a superação das barreiras existentes no uso de instrumentos, ferramentas e utensílios necessários para o desenvolvimento de determinadas atividades e, também, sobre a atuação do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas -NAPNEs no processo de inclusão da pessoa com deficiência e necessidades específicas na EPT. Os estudos confirmam a necessidade em promover investimentos humanos, financeiro, materiais dentre outros nos NAPNEs.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os trabalhos acadêmicos pesquisados no contexto dos anais do CONEDU dos anos de 2022 e 2023 tratam sobre as questões da área educacional e sua produção trata das questões relacionadas à escola e de forma rara sobre mundo do trabalho.

Os trabalhos identificados no CONEDU se encontram em diferentes GTs e dentre as categorias apresentadas destaca-se a Educação Especial, Ensino e Formação docente, Deficiência e Políticas de inclusão, Pessoa com Deficiência, Legislação e Normativas e Aprendizagem. No ano de 2022 somente um dos trabalhos relata diretamente a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. No ano de 2020 contemplou-se a temática deficiência e inclusão. No ano de 2022 os trabalhos trataram basicamente sobre Tecnologia Assistivas, escolarização dos alunos com Transtorno do Espectro Autista e prática pedagógica para a inclusão. Portanto, nos eventos da ANPEd Centro-Oeste observou-se que apenas um dos trabalhos discutiu sobre o mundo do trabalho.

Esse único trabalho ressaltou que na sociedade atual a exclusão do PcD ainda é

vista como naturalizada e que as pessoas com deficiência intelectual são as que possuem maiores dificuldades de inclusão no mercado de trabalho.

Conclui-se que é um direito do PcD de ter acesso a escola e ao mundo do trabalho, Educação Especial, Ensino e formação docente, deficiência e políticas de inclusão, pessoa com deficiência, legislação e normativas, aprendizagem, mas nos eventos acadêmicos a discussão do trabalho ainda se faz frágil.

REFERÊNCIAS

AYALA, Luana Almeida e SANTOS, Reinaldo. Educação, Inclusão E Direito A Acessibilidade: Apontamentos Sobre Pseudoacessibilidade Em Processos Judiciais. **Anais da ANPEd – Centro-Oeste**. Uberlândia – MG, 2020.

BENITES, Maira Cristiane e BIGARELLA, Nádia. TECNOLOGIA ASSISTIVA E O PROCESSO DE INCLUSÃO E ESCOLARIZAÇÃO DO ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA. **Anais da ANPEd – Centro-Oeste**. Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – MT, 2022.

BRASIL. **Leis e Decretos**. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. DOU 25/07/1991, republicado 11/04/1996, republicado 14/08/1998.

BRASIL. **Leis e Decretos**. Decreto nº 129, de 22 de maio de 1991. Promulga a Convenção nº 159, da Organização Internacional do Trabalho - OIT, sobre Reabilitação Profissional e Emprego de Pessoas Deficientes. DOU 23/05/1991.

BRASIL. **Leis e Decretos**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DO 23/12/1996.

BRASIL. **Leis e Decretos**. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. DOU 21/12/1999.

BRASIL. **Leis e Decretos**. Lei Federal nº 13.146, de 02 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). DOU 26/06/2014.

CANDIDO PEREIRA, Carlos Eduardo. **Inclusão no Mercado de Trabalho: Analisando a Relação Escola e Empregabilidade de Pessoas Com Deficiências**. Araraquara, 2010. 170p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista.

CANDIDO PEREIRA, Carlos Eduardo. **Inclusão no Ensino Superior: percepções de servidores públicos docente e não docente em Brasil e Portugal**. Tese (Doutorado em Educação Escolar). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara/SP). 283f.

FRANÇA SÁ, Ana Luiza e Oliveira, Katielle Campos. A inclusão escolar no ensino

médio integrado do Instituto Federal de Brasília: perspectivas para além do diagnóstico. **Anais da ANPEd** – Centro-Oeste. Cáceres- MT, 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 2008.

IZIDORA, Renata Vicente. **Cotas para Pessoas com Deficiência em Concursos Públicos**, 2020. 115p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás (Campus Catalão).

MENESES, Stéfani Quevedo e BRAGA, Paola Gianotto. A inclusão de estudantes com deficiência na Universidade federal de Mato Grosso do Sul. **Anais da ANPEd** – Centro-Oeste. Cáceres- MT, 2018.

OLIVEIRA, Fabia Carvalho. **EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: política e produção acadêmica, no Brasil, pós Lei 8.213/1.991**. **Anais da ANPEd** – Centro-Oeste. Cáceres- MT, 2018.

PASTORE, José. **Oportunidades de trabalho para portadores de deficiência**. São Paulo: LTr, 2000.

PINTO, Paula Campos. **Dilemas da diversidade: interrogar a deficiência, o gênero e o papelas políticas públicas em Portugal**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a ciência e a tecnologia, 2012.

RODRIGUES, David (Org.). **Inclusão e educação: Doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

VIEIRA, Jaqueline Machado e SANTOS, Reinaldo. O contexto da tecnologia assistiva no campo do ensino de geografia e os caminhos para a inclusão de educandos cegos. **Anais da ANPEd – Centro-Oeste**. Universidade Federal de Uberlândia – MG, 2020.

VIEIRA, Luciana Matos Candido e XIMENES, Priscilla de Andrade Silva. A prática pedagógica do professor de apoio e a inclusão de alunos com deficiência intelectual nas escolas regulares. **Anais da ANPEd – Centro-Oeste**. Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – MT, 2022.